



Brasília-DF 30 de Julho de 2020

EX-PRESIDENTE DA ELETROBRAS REBATE ARGUMENTOS PRÓ-PRIVATIZAÇÃO DE VICENTE FALCONI

No dia 24 de julho, o jornal Valor Econômico publicou artigo do ex-conselheiro da Eletrobras, Vicente Falconi. Com o título “Capitalizar a Eletrobras”, o artigo faz menção, entre outros assuntos, sobre o desempenho econômico-financeiro da estatal, considerado por Falconi uma das justificativas para a privatização da empresa e contestado por José da Costa Carvalho, ex-presidente da Holding.

Veja a íntegra da resposta de José da Costa:

Faço menção ao artigo de autoria de Prof. Falcone, publicado na última semana, intitulado como “Capitalizar a Eletrobras”.

Não pretendo analisar a proposta de privatização defendida, mas fazer considerações sobre algumas informações e dados prestados relacionados a administração anterior, que são bastante diferentes do que realmente ocorreu.

Presidi, com muita honra, a Eletrobras de fevereiro de 2011 a julho de 2016, depois de atuar 33 anos na Cemig e 10 anos na iniciativa privada. Em 2011 a Eletrobras apresentou um lucro de R\$ 3,7 bilhões e caminhava para um lucro bem superior a este valor em 2012.

Com a edição em 2012 da MP-579, sobre a renovação das concessões, a Eletrobras perdeu repentinamente R\$ 8,75 bilhões de receita

anual, o que impactou fortemente seus indicadores econômico-financeiros. Internamente já estávamos trabalhando estrategicamente sobre o assunto, que deveria acontecer em 2015 e imaginávamos com uma perda de receita bem inferior.

Editada a MP, reforçamos nossa atuação em dois sentidos: o primeiro de aumentar a receita, pela reconsideração no cálculo dos preços de ativos de geração e principalmente de transmissão não amortizados, hoje plenamente reconhecidos no valor de R\$ 46,0 bilhões.

E o segundo pelo aumento de outras receitas e redução dos custos, a partir de diretrizes consubstanciadas em um Plano Estratégico de Longo Prazo e em Planos Diretores de Negócio e Gestão-PDNG, com horizonte quinquenal e revisão anual.

Estas diretrizes geraram metas e ações operacionais e econômico-financeiras, desdobradas para as empresas subsidiárias, através dos Contratos de Metas e Desempenho Empresarial- CMDE e daí para os diversos órgãos das empresas, através dos indicadores para o Sistema de Gestão de Desempenho-SGD.

Assim não é verdade a afirmação absurda, que a empresa não tivesse um fluxo de caixa ou indicadores.

Nem tão pouco que pagássemos juros escorchantes. Pelo contrário, mesmo durante a crise financeira fizemos uma captação de R\$ 6.0 bilhões com juros de 118% do CDI, a época compatíveis com juros de mercado. Outra informação absurda é a de que não tínhamos relação com o mercado financeiro. A Eletrobras, como uma empresa de de capital aberto, listada na B3 , na Bolsa de Nova Iorque e na Bolsa de Madrid, sempre teve compromisso com o mercado. Assim participou de forma sistemática em teleconferências, eventos, apimecs, reuniões com analistas e investidores no Brasil e no exterior , dando ampla divulgação ao mercado, mesmo nos períodos adversos.

Uma das ações realizadas foi a implantação de programas de incentivo ao desligamento de empregados, que permitiu a redução harmoniosa do quadro de 4.000 empregados. Quando deixamos a presidência da Eletrobras o número de empregados era inferior a 23.000 e não de 26.000 como assinalado.

Outra diretriz aprovada foi a privatização das distribuidoras, iniciada com a Celg e depois com as outras seis distribuidoras do Norte e Nordeste. Estas ações, nem todas de responsabilidade da Eletrobras, não foram concluídas no período de nossa gestão, mas devidamente encaminhadas e atualmente concluídas, o que demonstra a assertividade nas estratégias que vinham sendo adotadas pela companhia. Se computássemos o efeito da privatização, o quadro se reduziria para cerca de 16.500 empregados ao final de nosso mandato.

Naturalmente que não cabe aqui descrever todas as ações tomadas, mas queremos ressaltar as providências iniciais para a implantação do sistema computacional de gestão empresarial PRO-ERP, abrangendo todas as empresas do grupo, a automação dos processos operacionais e a informatização dos processos administrativos.

O desempenho operacional de nossas empresas no Sistema Interligado Nacional, medidos pelos índices de defeito/Km ou de robustez, melhorou mesmo neste cenário de escassez de recursos, com resultados superiores ao con-

junto dos outros agentes do setor. Também as distribuidoras registraram melhorias em sua performance operacional, medidos pelos indicadores de duração e frequência de interrupção por consumidor.

Tivemos que reduzir nossa participação em leilões, reavaliar prioridades, ajustar cronogramas, mas mesmo assim, ao contrário do propalado, a expansão foi significativa. A capacidade de geração foi acrescida de 6.000 MW, o sistema de transmissão de 9.000 km de linhas e ligamos cerca de 1,0 milhão de novos consumidores, o que contribuiu significativamente para se atingir a quase 100% de universalização de nossos serviços.

A maior parte da expansão em geração e transmissão foi feita em empreendimentos conjuntos com a iniciativa privada, nos quais a Eletrobras detinha cerca de 50%.

Desta forma o total da expansão em geração e transmissão disponibilizada para o Brasil é quase o dobro do valor acima apresentado. Além disto, só estamos computando nos números as instalações que entraram em operação, e não aquelas em fase final de conclusão Somente estes ativos, em sua fase pós financiamento, deverão gerar um fluxo de caixa líquido anual para a Eletrobras, superior a R\$ 10,0 bilhões.

Como consequência da já mencionada redução de receita, acentuada pela perda em ações jurídicas sobre o empréstimo compulsório, ocorrido na década de 1960, tivemos acentuados prejuízos de 2012 a 2015, mas que foram revertidos no primeiro semestre de 2016, fruto das ações tomadas e principalmente com a reconsideração dos ativos não remunerados anteriormente. No primeiro semestre de 2016, tivemos um lucro recorde na história da

Eletrobras de R\$ 8,9 bilhões. Calculando-se o endividamento pela relação dívida líquida/ebtida com os dados do balanço do primeiro semestre de 2016, o indicador seria inferior a 1,0. Gerencialmente é normal se retirar o efeito não recorrente da receita empresarial, mas

de qualquer forma este efeito está refletido nos balanços atuais. E mais, terá; reflexos adicionais ainda não lançados em balanço. O valor de mercado da Eletrobras em julho de 2016 foi substancialmente elevado para R\$ 23,3 bilhões.

Não pretendemos demonstrar que a empresa operava com padrões ótimos.

Pelo contrário, tínhamos consciência do muito ainda a ser feito, conforme estabelecido na última revisão de nosso PDNG 2016-2020.

Tão pouco queremos tirar o mérito da atual administração.

Só queremos o reconhecimento dos resultados alcançados.

É uma questão de respeito profissional aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados que tanto esforço deram a empresa neste período tão conturbado.

Atenciosamente.

José da Costa Carvalho Neto

O CNE também questiona sobre qual benefício o consumidor teria em ter uma única grande empresa privada sob controle estrangeiro

O Sr. Vicente Falconi demonstrou em seu artigo, “Capitalizar a Eletrobras”, que a empresa conseguiu se recuperar de uma das maiores crises de sua história e hoje apresenta resultados robustos de uma estatal saudável, pouco endividada e lucrativa, pronta para investir. Mas no mesmo artigo o Sr. Falconi afirma que a Eletrobras precisa ser privatizada, argumentando que assim ela poderia investir mais. Há que se fazer algumas perguntas ao autor e ao público em geral. Quem garante que uma Eletrobras privada, controlada certamente pelo capital estrangeiro, vai preferir transformar seus lucros em investimentos em energia, sabidamente de longo prazo de retorno, a enviá-los a seus acionistas? Se a iniciativa privada tem tanto interesse em investir no setor, porque não o faz? Qual a vedação que existe no marco legal brasileiro ao investimento privado no setor elétrico? Por que a iniciativa privada necessita comprar a Eletrobras para só aí realizar investimentos? Por fim. Admitindo que os proprietários da Eletrobras privada resolvam de fato investir no país e a empresa aumente sua fatia de participação no mercado. Que benefício o consumidor teria em ter uma única grande empresa privada, sob controle estrangeiro, com mais de 1/3 da geração e quase a metade das linhas de transmissão do país? Será que um oligopólio privado é o melhor para nosso setor Elétrico?



DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

CNE
CONSELHO NACIONAL DOS ELETRICISTAS